

Prestar o seu serviço a bem da santa causa da nossa independência”: A província do Piauí no processo de emancipação política do Brasil 1821-1823

“Provide your service for the good of the holy cause of our independence”: The province of Piauí in the process of political independence in Brazil (1821-1823)

Gracivalda Matos Albano Lima

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista (CNPq). E-mail: gracivaldaalbano@gmail.com

Johny Santana de Araújo

Doutor em História Social pela UFF, com Pós-doutorado em História pela PUC-SP; é docente da Universidade Federal do Piauí (UFPI); Socio Honorário do IHGB. Líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista (CNPq). E-mail: johnysant@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo entender o contexto histórico em que foi construído o processo de Independência do Brasil no Piauí, através do estudo da historiografia piauiense entre memorialistas e historiadores profissionais, entre os quais (ARAÚJO, 2015); (BRITO, 2007); (CHAVES, 2007); (DIAS, 1999); (NETO, 2007); (NEVES, 2006) e (NUNES, 2007), e da análise de cartas oficiais e pessoais que nos permitiram perceber o enraizamento das ideias emancipacionistas. Procurou-se observar nessa produção as práticas políticas, as conclamações, as convergências bem como as transformações na elite social e política da província que levaram a organização de forças cuja atuação estremece-riam as bases do império lusitano no meio norte do Brasil e causaram a ruptura do controle português no Piauí em 1823.

Palavras-chave: Independência, Província do Piauí, Elite Política.

Abstract: This work seeks to comprehend the historical context in which the process of Independence of Brazil in the Piauí state was built, through the study of Piauí historiography, including memorialists and professional historians (ARAÚJO, 2015); (BRITO, 2007); (CHAVES, 2007); (DIAS, 1999); (NETO, 2007); (NEVES, 2006) and (NUNES, 2007), and the examination of official and personal letters that allowed us to perceive the roots of emancipationist ideas. We tried to observe in this production the political practices, the calls, the conjunctions as well as the modifications in the social and political elite of the province that led to the organization of forces whose performance would bounce the bases of the Portuguese Empire in the north of Brazil and caused the rupture of Portuguese control in Piauí in 1823.

Keywords: Independence, Province of Piauí, Political Elite.

1 A província do Piauí nos planos da Corte Portuguesa

Ao longo do período colonial, os agrupamentos humanos na Província do Piauí foram formados ao longo dos rios que entrecortavam todo o seu território, o que favoreceu o crescimento de uma agricultura de subsistência e a organização de um comércio, tendo como destaque a criação de gado. A Província do Piauí nos anos que antecederam à Independência era consideravelmente tranquila economicamente para o interior do Brasil. A Coroa Portuguesa detinha, no Piauí, um patrimônio que só aumentava com o passar dos anos,

[...] eis que o gado [...] dava-lhe destacada posição perante outras Províncias do país. [...] o Piauí fizera-se exportador em larga escala, de gado e cereais; foi a Província que teve a primazia de ter as primeiras charqueadas no Norte do Brasil. Só com destino a Portugal existiam, antes e depois de 1808, 5 vapores encarregados de conduzir carnes e bois, em pé. Fora os subprodutos do boi, inclusive os couros, e de matérias-primas como algodão, o fumo em bruto e a madeira, existia a exportação de cereais: O Piauí mandava para Lisboa e Porto gêneros alimentícios, de que se destacavam o milho e o arroz [...] (Brito, 2007, p. 66).

A Província era habitada por todo o seu extenso território, com grandes distâncias entre as vilas, entrecortadas por fazendas, distribuídas em seis vilas: Parnaíba (norte), Parnaguá (sul), Marvão (leste), Campo Maior (centro-norte), Jerumenha (centro-oeste) e Valença (centro-leste). Oeiras estava no centro do território, era a Capital “[...] e o seu centralismo indicava uma estratégia necessária, não só para a defesa militar como para uma ação irradiadora de progresso” (Brito, 2007, p. 62). A área da Província mais movimentada “[...] era o Norte, a região mais populosa, o que se justifica em virtude da proximidade do litoral, onde maiores eram as possibilidades de enriquecimento [...]” (Nunes, 2007, p. 26). E, no norte, tem destaque a Vila de São João da Parnaíba:

[...] a vila piauiense de São João da Parnaíba ganha acentuada expressão [...] notadamente pelo movimento de seu comércio, que anima o porto local de barcas, num crescente. É, então, uma vila já cinquentenária (criada em 1761/62), que desde cedo nutriu e encaminhou iniciativas industrialistas e que dispõe de homens de empresa, com ouvidos nas acelerações de fora, e enleados na burocracia capitania local [...] (Neto, 2007, p. 19-20).

A administração da Província não diferia das demais regiões, onde uma elite econômica abarcava as esferas múltiplas e decisivas do comando no Brasil (FAUSTO, 1993, p. 60). Na Província do Piauí os cargos administrativos eram ocupados por integrantes portugueses que compunham a elite piauiense que detinha, por conseguinte, o poder político, visto que “a população do Piauí, por ocasião da Independência, era mais ou menos de *cem mil habitantes, sendo setenta mil constituída de portugueses [...]*” [grifos dos autores] (BRITO, 2007, p. 71). O entendimento entre o Piauí, Pará e Maranhão, era mais satisfatória do que com as demais regiões, principalmente a região sul, facilitando o acesso de Portugal, “[...] Lisboa e Porto tinham

influências nelas, mais ativa e cordial do que tinha o Rio – sede política do país” (Brito, 2007, p. 65). Onde desde o início da sua povoação

Ao longo do rio, nos lugares em que se cruzavam os caminhos do Piauí com o Maranhão, surgiam pequenos agrupamentos humanos possuindo todos eles suas canoas que lhes facilitavam a comunicação entre as duas Províncias. Nessas passagens já se fazia um comércio bem razoável (Chaves, 2005, p. 27).

A Província do Piauí possuía posição ímpar em relação às demais Províncias, fato que não passou despercebido à Corte Portuguesa que já despertara para, em uma necessidade imposta como a independência que se anunciava, se apropriar dessa parte do Brasil e integrar as Províncias do Piauí, Pará e Maranhão, cerceando o fornecimento de, principalmente, carne.

[...] O Piauí teria muita importância neste plano, pois que se comunicava por terra com o Ceará, com a Bahia e com o Pernambuco, onde o movimento dos independentes era bem forte. Também era o Piauí o celeiro fornecedor de carne para essas Províncias. Firmar-se militarmente nele seria cortar o abastecimento de carnes para os rebeldes e ficar em posição de poder atacá-los por terra, numa contra-ofensiva, se o movimento independente ali enfraquecesse (Chaves, 2005, p. 29).

A ocupação do Piauí pelas forças portuguesas, em caso de concretizar a separação dos reinos, se justifica devido

[...] a criação de uma possessão para Portugal no Atlântico Sul da América não seria mais do que lógico, além de necessário ao prestígio e economia em terra lusitana. Acresce que a divisão do Brasil teria razão histórica: o Governo português tinha criado duas regiões no século XVII: o *Estado do Maranhão* e o *Estado do Brasil*; assim, no século XIX, a nova colônia seria uma restauração, embora alterada no tamanho e na forma de ser possuída por Portugal (Brito, 2007, p. 67).

Era importante, em caso de separação, manter a posse de uma parte do Brasil como colônia de Portugal, pois possibilitaria a continuidade do poder português nesta parte respeitável do Atlântico, embora redefinido em tamanho e valor.¹ O Piauí seria integrado ao Maranhão, suprimindo toda região e sem romper o abastecimento já consolidado a Portugal, pois poderia escoar sua produção através do porto de São Luís, abrindo um intercâmbio marítimo diretamente com a metrópole portuguesa, (Araújo, 2015, p. 31). transformando assim, como outrora o fizera, o Maranhão e o Grão-Pará, uma pequena colônia de exportação.

2 Os ideais libertários agitam o Piauí

As ideias liberais que rompiam estruturas,² até então sólidas, chegaram ao Brasil e

1. Sobre o desenvolvimento desse projeto, ver: (Araújo, 2015, p. 31).

2. Fundamento teórico econômico e político que surgiu na Inglaterra a partir dos liberais Adam Smith e David

contagiaram a muitos, na Província do Piauí, de maneira sorrateira, foi sendo lido e incorporado “[...] nessas agitações pioneiras surgiram representantes republicanos, e surgiram também liberais monarquistas[...].” (NUNES, 2007, p. 21). As vilas de Parnaíba e Campo Maior seriam então os principais centros dessas agitações.

A Revolução do Porto foi recebida com aplausos no Brasil [...]. Todo o Brasil já efervescia ao sopro das ideias liberais. A constitucionalização dos regimes políticos tornara-se a mística de todos: dos que sofriam, de republicanos e monarquistas, dos idealistas [...]. A revolução republicana de 1817 é uma dessas manifestações. Em seu espírito estava o anseio de emancipação política do Brasil, aspiração que já se vinha processando, [...] (NUNES, 2007, p. 21).

A Revolução do Porto³ possuía aspectos que colidiam, iluminada por ideias liberais e ressentimento pelo assentamento do poder no Brasil, buscava o deslocamento do poder máximo sem o rompimento das estruturas que serviam de base para sustentar esse poder.

A criação das capitanias em províncias embute mecanismo da dualidade nada sutil entre governo civil e governo militar (“das armas”). O primeiro, como visto, com aceno popular, o segundo, de nomeação régia. Um liberalismo difuso marca as mudanças operadas pela constituinte portuguesa de então, que não consegue dissimular seus limites enquanto intenciona sustentar o mecanismo do Reino Unido, ou a independência por outros meios, mitigada na já aludida monarquia dual e nas intenções recolonizadoras das próprias cortes constituintes [...]. Feito Província, o Piauí articula sua Junta. É uma mudança que não é despercebida. Mas o fluxo dos acontecimentos tendentes a construir o já Reino do Brasil num estado politicamente emancipado tenderá a uma maior radicalização, indo ao ponto da ruptura (Neto, 2007, p. 30).

A geração letrada⁴ piauiense, filhos de uma elite ascendente, congregava pensamentos e participação nas organizações sociais que iam sendo criadas na Província, local de debates e comunhão de ideais que foram aos poucos, firmando o terreno para a adesão às ideias emancipacionistas,

Ricardo, no qual as estruturas políticas que maximizassem o mercado político estendendo o cálculo utilitário ao maior número possível de pessoas, e tornassem os governantes dependentes das leis de mercado, através de eleições frequentes, iriam possibilitar a máxima felicidade para o maior número de pessoas (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 689).

3. No fim de 1820, os revolucionários estabeleceram em Portugal uma Junta Provisória pra governar em nome do rei e exigiram sua volta à metrópole. Decidiram convocar as Cortes, a serem eleitas em todo o mundo português, com o propósito de redigir e aprovar uma Constituição. Previu-se a criação no Brasil de juntas governativas leais à revolução nas várias capitanias que passavam a se chamar províncias. (Fausto, 1993, p. 71).

4. Eram membros da geração letrada que compunham o movimento independente: Simplício Dias da Silva, João Cândido de Deus e Silva, Domingos Dias, José Ferreira Meireles, Bernardo Antônio Saraiva, Ângelo da Costa Rosal, Bernardo de Freitas Caldas, Joaquim Timóteo de Brito, Manuel de Sousa Martins, Joaquim de Sousa Martins, Leonardo de Carvalho Castelo Branco, Manoel Pinheiro de Miranda Osório, Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Moraes Rego. Muitos destes eram ligados também a Maçonaria, sociedade secreta que teve papel destacado no processo de independência, sobre isso ver: (Mavignier, 2015).

[...] No Piauí estava o Dr. João Cândido de Deus e Silva, cujo talento brilharia no parlamento brasileiro e na Escola de Direito de São Paulo, e que foi escritor e tradutor de obras de grande mérito, e sempre agiu em harmonia com Simplício Dias da Silva, homem lido que viajou pela Europa e revelou pendor pelas belas-artes e pôs a serviço da emancipação política do Brasil seus bens e prestígio social e político (Nunes, 2007, p. 19).

As ideias liberais difundidas sofreram alterações, moldaram-se pela realidade aqui vivenciada, ao contrário de Portugal. O que realmente incomodava era a ação administrativa não ter a participação dos brasileiros.

O descontentamento partia do questionamento da ocupação dos altos cargos ocupados pelos portugueses, do distanciamento do poder central estabilizado no Rio de Janeiro e que o Brasil não regressasse à condição dos séculos anteriores, de simples colônia portuguesa (Nunes, 2007, p. 25). A região que compunha o Norte se sentia órfão de ações, fato que estreitava e desenvolvia cada vez mais a proximidade com Portugal.

O Rio de Janeiro foi metrópole do Reino Unido, isto é, de Portugal, e dos domínios portugueses, pouco mais dum decênio. Sua ação, como força coesiva, foi assaz transitória. Não oferecia mercado para o Norte que, por sua vez, não era mercado do Sul: o mercado do Norte continuava fora das fronteiras da colônia (Nunes, 2007, p. 33).

A decisão por ocupar a Província do Piauí é fundamentada por acontecimentos que se seguiram à Revolução do Porto, como o envio de “um carregamento de armas e munição exagerado para as necessidades normais da Província” assim como o despacho para ocupar o cargo de Governador das Armas, “um João José da Cunha Fidié” (Chaves, 2005, p. 30), pisando o solo piauiense em 1821, o qual descreve de próprio punho as condições de sua chegada.

Em 1821 fui nomeado para o Governo das Armas da Província do Piauhy, por essa occasião deveria ter recebido um posto, e uma ajuda de custo, porém a urgencia do serviço fez com que se expedisse ordem ao Commandante da Churrua Gentil Americana, desinada para o Pará, para me receber a seo bordo, e conduzir-me directamente á Cidade de S. Luís do Maranhão: não podendo pois demorar-me para receber um e outro, como era de Lei, e sempre se praticou, e se verificou ainda com os Officiaes que compozerão a Divisão Constitucional Luzinata, enviada á Bahia: antepondo pois o bem da Patria ao meo proprio, parti sem mais recursos, do que as comedorias a bordo, e a Carta Regia da minha nomeação [...] (Fidié, 2006, p. 39).

O envio de um Governador experiente e com tanta urgência representava a voz e a garantia do comando das ações de Portugal nesta parte importante do Brasil, “[...] o governo das armas, agora independente do governo civil da Província, passaria a receber instruções e ordens diretamente da Corte.” (Nunes, 2007, p. 36).

Indica também uma preocupação real com os possíveis acontecimentos que poderiam despertar o ímpeto dos piauienses conhecedores das ideias que desnorteavam as bases até então consideradas inabaláveis para a emancipação desta Província, fortalecendo a linha divisória que estava sendo tecida no território brasileiro. Seria Fidié⁵, “[...] no Piauí o representante da política inaugurada pelas Cortes Portuguesas que tinha por objetivo reconduzir o Brasil à condição de colônia.” (Nunes, 2007, p. 36).

Chegou a Oeiras a 8 de agosto de 1821 e, tomando posse no dia seguinte, tratou logo de criar novos Corpos de Milícias, além dos já existentes. Esta intempestiva mobilização de tropas em Província central, sem qualquer ameaça de luta externa, já podia revelar de certa forma a missão de Fidié entre nós: Conservar o Maranhão e sua zona de influência fiéis a Lisboa (Chaves, 2005, p. 30).

As inquietações políticas que exacerbavam os ânimos nas Províncias vizinhas chegaram ao Piauí que não ficou entorpecido perante as agitações que pulsavam o território iniciadas com a Revolução do Porto em 1820.

Apesar de não representar nenhum risco que justificasse as decisões recém-adotadas por Portugal, o Governador das Armas chegou à Província com um suporte de homens maior que a sua população no ano de 1822 de 100 mil habitantes: “[...] vê-se que não há proporção, nas duas épocas inculcadas, entre o número de habitantes e o número de homens em armas; o desnivelamento ou desproporção não pode deixar de residir no objetivo militar que se preparou” (Brito, 2007, p. 77-78), visto os números descritos abaixo,

Pois Fidié tinha sob seu comando, em Oeiras, para manter a soberania portuguesa, 7.279 homens, que assim se dispunham: 5.161 praças de dois regimentos de cavalaria e 2.115 praças de um regimento de Infantaria e quatro companhias de pedestres. Eram homens aguerridos, alguns portugueses natos, remanescentes das guerras napoleônicas, e, quanto aos brasileiros, tinham instrução militar, pois conheciam a disciplina e o manejo de armas (Brito, 2007, p. 77).

O cenário deparado por Fidié foi “[...] uma manifesta efervescência. É que o Brasil já dispunha, politicamente, de modo acentuado, de uma consciência emancipatória [...]” (Brito, 2007, p. 79. Em Parnaíba, Oeiras e Campo Maior apareciam pasquins que demonstrava “[...] a tendência republicana de seus autores. Daí se deduz que era a primeira manifestação emancipacionista do Piauí” (Nunes, 2007, p. 21), e instilava uma rejeição à presença portuguesa no território.

5. Em 1817, proprietários de terras, comerciantes brasileiros e clérigos, reunidos em lojas maçônicas, estiveram entre os líderes do movimento, que contou também com o apoio das tropas, insatisfeitas com o atraso no pagamento dos soldos, e com ampla participação popular, inclusive de libertos e escravos. Em 06 de março a revolta é desencadeada com os rebeldes tomando o poder na província e proclamando a República, separada de Portugal e do Rio de Janeiro, mas logo contando com a adesão das províncias vizinhas da Paraíba e do Rio Grande do Norte, com as quais se pretendia formar uma federação. [...] A República nordestina não durou mais do que setenta e quatro dias, sendo restaurado o domínio luso-brasileiro na região em 19 de maio. (Basile, 2000, p. 192).

A Província não estava tranquila. O eco do que acontecia fora chegava também até nós. Pelo menos em Parnaíba, em Campo Maior e em Oeiras já se sabia do que se passava na Bahia, no Ceará, em Pernambuco e no Sul. Pasquins sediciosos apareciam, vez por outra, nas Vilas de Parnaíba e Campo Maior, concitando o povo a rebelar-se contra os portugueses (Chaves, 2005, p. 31).

As notícias dos acontecimentos nas demais Províncias fervilhavam na mente dos que aqui moravam; “notícias dessa natureza, naquela época de ebulição social e política, corriam célere. Cremos que essas lutas de Pernambuco inspiraram os parceiros de João Cândido na publicação de seu pasquim” (Nunes, 2007, p. 23), e despertavam os ânimos dos admiradores das novas ideias que antes corriam veladas, agora já eram proclamadas de forma escrita. Pasquins continuavam a aparecer em Campo Maior, Oeiras e Parnaíba.

No alvorecer do mês de outubro de 1821, no entanto, segundo comunicado do governador Elias Ribeiro à Corte, um fato chama a atenção na vida da capital: a suspensão e prisão do escrivão da Junta de Administração e Arrecadação da Fazenda Real, Antônio Maria Caú, aliás, já denunciado meses antes por ‘excessos cometidos’ no Piauí. Seu crime: recusar-se a jurar as ditas bases da Constituição, do Porto. [...] O juramento tão ansiosamente buscado pelas autoridades lisboenses naqueles dias, parecia ter sabor de renúncia a aspirações de liberdade e de emancipação total do reino do Brasil (Neto, 2007, p. 29).

O escritor piauiense Odilon Nunes, discordando com a ideia acima citada, entende que a Província do Piauí, apesar de conhecedora do pensamento que iluminava a Europa, não coparticipava desses ideais libertadores até os anos de 1821, vendo nas ações que ocorriam nas demais Províncias interesses particulares e isolados visando à manutenção de uma ordem oligárquica já estabelecida,

Até o momento, nenhum anseio de emancipação política. As agitações de maio, setembro e outubro de 1821 eram em verdade manifestações políticas, porém de caráter e objetivos estritamente regionais. Estavam em jogo antes que tudo, senão exclusivamente, interesses individuais ou de famílias, a colimar quando muito estabelecer domínio de ordem oligárquica (Nunes, 2007, p. 30-31).

As fontes lidas mostram outro pensamento, a qual corria nem sempre velado, embora discreto e construído em silêncio. Apesar do juramento às Cortes Constituintes em setembro de 1821 e envio de representantes para assinarem o projeto de Constituição, houve a destituição do Governador da Província.

Enquanto se discutia o projeto, as intrigas, as conspiratas, os conluios eram constantes na Província. Daí a Junta Eleitoral, em Oeiras a 24 de outubro (1821), destituir o Governador e eleger, sob a presidência do Ouvidor-Geral, Dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto, uma junta de Governo Provisório (Neves, 2006, p. 29).

A instituição da Junta foi justificada como necessária por conter um desejo expreso

“[...] visto a opinião pública e a vontade geral dos povos, que, *nesta parte* [grifos do autor] manifesta cada vez maior adesão à santa causa da Constituição [...]” (Neves, 2006, p. 30), e pela tensão instaurada “[...] com pasquins sucessivos e receando-se alguma comoção popular, que produzisse consequências funestas [...]” (Neves, 2006, p. 30), a Província do Piauí já se inquietava e, lentamente, fragilizava as Instituições então constituídas.

3 As vilas entram em insurreição

A partir da proximidade com o Pernambuco⁶, facilita o acesso às informações e “incendeia Parnaíba de brasa e revolução” (Neto, 2007, p. 23), onde nessa Vila “há líderes e potentados nos enleios da burocracia e da empresa locais; [...] um ‘juiz de fora’, fermento de intenções liberais que assoma à presidência da câmara [...] é a fagulha no palheiro do Piauí seco de outubro” (Neto, 2007, p. 24-25), Dr. João Cândido de Deus e Silva que, “[...] informado de que vinha correndo, já tecera comentários sobre os sucessos do sul [...], e se pronunciara a favor do movimento de separação [...]” (Nunes, 2007, p. 45).

Em 1822, as Províncias decidiram romper os laços com Portugal e tomaram as rédeas das decisões políticas e os “liberais monarquistas, com suas fileiras reforçadas com portugueses simpáticos à causa do Brasil, ergueram-se como ativos e estrênuos defensores da causa da Independência” (Chaves, 2005, p. 21). Como nas demais no Piauí “[...] o chão em que se move a burocracia dos poderes em nível local, e mais amplo, parece estar movediço [...]” (Neto, 2007, p. 29).

[...] havia um sentimento antiportuguês afetando a alma de muita gente; um ingrediente de subjetividade que move o Piauí, naquela exata hora, [...] de um lado o Ceará e Pernambuco, com seus caldeirões fervendo em liberdades já proclamadas; e de outro, o Maranhão e o Pará, apinhados de portugueses de nascença, zombando dos fluidos cariocas e bradando vivas a el rei de Lisboa [...] (Neto, 2007, p. 27).

No Piauí, o movimento separatista irrompe em 19 de outubro na Vila de São João da Parnaíba que “[...] além de ser um centro econômico de valia, dispunha de uma corte de bons intelectuais” (Brito, 2007, p. 64), que “sintoniza as falas liberais do tempo” (Neto, 2007, p. 20), e aclama a autoridade do Príncipe Pedro.

A 19 de outubro de 1822, no Paço da Câmara, os eleitores da Paróquia proclamaram a Regência de Dom Pedro, a Independência do Brasil. O movimento de aclamação foi capitaneado pelos seguintes patriotas: Cel. Simplício Dias da Silva, Juiz João Cândido de Deus e Silva, Cap. Domingos Dias, José Ferreira Meireles, Cap. Bernardo Antônio Saraiva, Escrivão Ângelo da Costa Rosal, Bernardo de Freitas Caldas e 1º Ten. Joaquim Timóteo de Brito [...] (Chaves, 2005, p. 35-36).

6. A Batalha ocorreu em 23 de março de 1823, tendo como resultado a derrota das forças independentistas, mas de igual forma resultando na incapacidade dos portugueses se manterem na província sem qualquer logística. (Nunes, 2007, p. 46).

Segundo o escritor piauiense, Abdias Neves, o Piauí já sabia da Proclamação do Brasil e do movimento emancipacionista, inclusive da adesão da Província do Ceará, desmitificando a ideia da proclamação desta Província surgir de ato instintivo ou precipitado.

Vê-se que a 30 de setembro já se conhecia no Piauí o movimento original das margens do Ipiranga, e que o Ceará aderira à Independência. [...] Sabia-se de todos os acontecimentos que abalavam o Rio de Janeiro. Sabia-se que, em Pernambuco, sangrava, ainda, o corpo das vítimas, como se sabia da viagem do Príncipe a Minas Gerais e a S. Paulo. Nem mesmo a expedição do General Pedro Labatut, em auxílio dos patriotas baianos, era desconhecida (Neves, 2006, p. 65).

Pensamento que discorda o escritor Odilon Nunes no qual entende que a Proclamação deu-se livre “[...] Parnaíba oficialmente proclamou a 19 de outubro de 1822, sem o conhecimento exato de 7 de setembro, foi em verdade a independência do Brasil, e também foi o ato precursor de 24 de Janeiro e da batalha do JeniO passo seguinte foi notificar às Vilas piauienses e cearenses, ao mesmo tempo que conclamava que seguissem o exemplo da Vila da Parnaíba. “No mesmo dia despacharam portadores da grande nova para a Granja, o Crato e Campo Maior, solicitando o apoio desta vila [...]” (Neves, 2006. p. 66). Temendo que o movimento separatista iniciado se espalhasse pela Província, o Governador das Armas resolveu agir.

[...] o fato é que as autoridades portuguesas na Capital não se deixaram iludir. Concluíram que se tratava de um movimento separatista que era preciso esmagar logo, a qualquer preço. Ficou assentado que o Major João José da Cunha Fidié deveria marchar imediatamente com o Batalhão de linha e toda a tropa de Milícias que pudesse reunir para abafar a rebelião na Vila, antes que o resto da Província viesse a sofrer a sua influência (Chaves, 2005, p. 38).

Não houve a adesão das demais Vilas da Província do Piauí como fora esperado e os parnaibanos desapontados por não observar alteração concreta em seu cotidiano, temeram uma represália por parte da Junta Governativa, visto que “[...] não tinham armas, nem munição, nem soldados, nem fortificações [...]” (Chaves, 2005, p. 45-46). Fora requisitada ajuda ao Ceará, mas estes demoravam e “Quando se soube em Parnaíba que sobre ela marchavam tropas de Oeiras sob o comando do próprio Governador das Armas, houve um princípio de pânico na Vila.” (Chaves, 2005, p. 21).

Desejando poupar os moradores da Vila da Parnaíba de uma invasão com consequências imprevisíveis, os separatistas, através de um Ofício, solicitam sustar a marcha das tropas informando o arrependimento da espontânea atitude de proclamação de rompimento com Portugal.

[...] a situação de perplexidade e de incerteza, perdidos nesta Província central aonde as notícias chegavam com grande atraso, em meio àquela confusão que ia por todo o país dividido entre partidários de Dom João VI e do Príncipe

Dom Pedro, ambos portugueses, e recebendo ordens contraditórias de Lisboa e do Rio de Janeiro (Chaves, 2005, p. 48).

Os separatistas poderiam tentar uma arregimentação no povo da Vila parnaibana, incitando-os a manter o poder aos independentes e visando defender a Proclamação outrora festejada, visto que o sentimento antiportuguês era presente e compartilhado por muitos, independente da classe social ou econômica a qual pertenciam.

Poderiam, é certo, levantar o povo que, em fase alguma de nossa história, mostrou tamanha adesão, mais franco e valoroso acolhimento a uma ideia. Do simples vaqueiro ao fazendeiro, do caboclo ao comerciante, todos odiavam a Portugal pela sanção à tirania de seus representantes nos vários departamentos da administração (Neves, 2006, p. 73).

Os líderes do movimento separatista “[...] não encontrando nenhum apoio no Piauí e Maranhão [...]” (Nunes, 2007, p. 50), decidiram por evadir da Vila: “refugiaram nos sertões de além Ibiapaba, deixando na Vila famílias e bens ao desamparo” (Chaves, 2005, p. 48), visando iniciar “[...] preparativos de expedições libertadoras [...]” (Nunes, 2007, p. 50). Imaginou-se que Portugal pudesse enviar ajuda visando sobrepujar o movimento iniciado, mas “[...] em lugar de atraírem, prontamente os soldados lusos, deixaram a Corte na expectativa dos atos do Governador das Armas” (Neves, 2006, p. 67).

Fidié, ao dirigir-se à Vila da Parnaíba, fez parada na Vila de Campo Maior visando montar uma estrutura de resistência, pois temia, pela proximidade com a vila parnaibana, encontrar separatistas amotinados. Não encontrou as dificuldades recedidas, portanto, ao dar continuidade à sua marcha, quatorze dias depois deixou um comandante (Neves, 2006, p. 74-76). Fidié chegou à Vila da Parnaíba em 18 de dezembro,

[...] sem dar um tiro, depois de uma marcha de cerca de 600 quilômetros. Foi recebido pelo funcionalismo e pelos marujos do Brigue *Infante Dom Miguel*. Antes de tomar alojamento, formou a soldadesca na Praça da Matriz e dirigiu-se à Câmara da qual exigiu, naquela mesma hora, a renovação do juramento de fidelidade a Dom João VI. Depois assistiu a um Te-Deum na Matriz de Nossa Senhora da Graça. Em seguida determinou que se fizessem manifestações públicas de regozijo e que fossem vitoriadados o Rei de Portugal e as Cortes de Lisboa (Chaves, 2005, p. 50).

O Governador das Armas, após assumir o controle da situação na Vila da Parnaíba, temendo uma reorganização dos separatistas, decidiu enviar para a capital da Província o Regimento de Cavalaria⁷, uma decisão inconsiderada, pois alicerçou os sonhos que já estavam sendo construídos na Capital.

Fidié cometeu uma imprudência transferindo para Oeiras o Regimento de

7. Sobre a constituição de forças militares e milícias no Brasil Colonial, incluindo os Regimentos de Cavalaria. Ver: (Cotta, 2010). E o trabalho de: (Mello, 2009).

Cavalaria sediada em Parnaíba, cujos soldados eram simpáticos ao movimento da Independência. [...] Na capital, a inércia da Junta estava sendo desafiada abertamente por acontecimentos que deviam, pelo menos, despertar suspeitas nas autoridades mais responsáveis. Os correios que chegavam regularmente de Parnaíba e Campo Maior traziam cartas com proclamações nas quais eram atacados rudemente Portugal e portugueses. Tais proclamações passavam depois de mão em mão e eram lidas aos analfabetos, acirrando os ânimos contra os Europeus (Chaves, 2005, p. 52).

A capital da Província vivia uma inquietude velada, pois as autoridades estavam mais atentas ao que acontecia no cotidiano. Após a Proclamação da Vila da Parnaíba, o Correio era minuciosamente inspecionado, o que não impediu o conhecimento dos fatos que assolavam as demais Províncias e a fragmentação das relações luso-brasileiras.

Esse fato demonstrou a organização silenciosa e que advinha e o apoio disfarçado a ela dos cidadãos, excluindo o Vigário, Padre Dr. José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira, que utilizava os sermões para expressar sua preocupação e solicitando atitude do Comando da Província. “[...] A muito custo [...] as autoridades resolveram reunir-se a 29 de dezembro para algumas deliberações [...] e recomendar ao Comandante da Guarnição que tivesse a tropa de prontidão *para o que pudesse suceder* [...]” (Chaves, 2005, p. 52-53). Essa apatia diante dos acontecimentos só foi quebrada quando o Vigário fez “[...] uma representação escrita na qual pedia a convocação de um conselho civil e militar para tratar de um assunto muito sério [...]” (Chaves, 2005, p. 53).

Realizou-se então, no primeiro dia do ano de 1823, uma reunião organizada pela Junta Governativa, que teve como consequência, além de acusações e delações de nomes dos possíveis simpatizantes do movimento independente, algumas prisões. Os dias que se seguiram foram definidores para a concretização do que se construía à surdina.

[...] a 11 de janeiro, um correio de Jacobina (BA) chegou a Oeiras com uma portaria e proclamações do Governo do Rio e um Ofício de Labatut. Estes documentos davam a notícia do grito do Ipiranga e convidavam os piauienses a aderirem à Independência plena do Brasil. [...] Já era hora dos piauienses sacudirem também o jugo lusitano. A queda de Salvador estaria próxima. Quando isso acontecesse, suas tropas marchariam sobre o Piauí para nos ajudarem. O Ofício de Labatut fora expedido do Quartel General no Engenho Novo, no Recôncavo da Bahia, a 22 de dezembro de 1822 (Chaves, 2005, p. 55).

Embora a Junta tendo respondido imediatamente àquela carta, informando “[...] que o Piauí jamais deixaria de ficar ao lado do Governado de Lisboa [...]” (Chaves, 2005, p. 55-56), os separatistas da capital da Província, já organizados, não esperaram muito. Já estava tudo preparado e todos conheciam as funções que lhe seriam cabíveis e onde cada um assumiria pela defesa do Brasil. Esperavam apenas o momento certo.

Ao anoitecer do dia 23 de janeiro, os conspiradores de Oeiras, chefiados pelo Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, reuniram-se, pela última vez,

na residência dele, àquela hora transformada em autêntico arsenal com o armamento e as munições que os patriotas haviam surrubiado aos poucos dos armazéns nacionais. Dezenas de *jagunços*, *agregados* do Brigadeiro, ali se encontravam, aventureiros e truculentos, aguardando a hora da tomada da cidade (Chaves, 2005, p. 57). [grifos dos autores].

E no amanhecer do dia 24, a Província do Piauí insurreciona: “[...] Quando o povo saiu à rua, pela manhã, foi para responder aos vivas que Manoel e Joaquim de Sousa Martins ergueram à Independência e ao Imperador diante da tropa formada na praça da Matriz” (Chaves, 2005, p. 57).

Convocou-se o Senado da Câmara e estando “[...] presentes representantes de todas as classes sociais, Vereadores, Juiz de Fora e Chefes Militares [...]” onde foi lida a documentação recebida; “não houve opositores. Todos aclamaram com vivo entusiasmo a Independência e o Imperador [...]” (Chaves, 2005, p. 58). Com uma tranquilidade ímpar, “o plano teve, assim, uma execução magnífica [...] e o povo [...] não estranhou nem temeu a aparência bélica da cidade [...]” (Neves, 2006, p. 96), ficando todos calmamente à espera da continuidade dos acontecimentos.

O Presidente mandou que se lavrasse uma ata de vereação para perpétua memória. A ata recebeu logo a assinatura dos presentes. Em seguida, procedeu-se à eleição para a constituição da nova Junta Provisória de Governo. Foram eleitos: Presidente, Manoel de Sousa Martins; Secretário, Manoel Pinheiro de Miranda Osório; Membros, Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Moraes Rego. Os eleitos fizeram logo o juramento de praxe e foram empossados (Chaves, 2005, p. 58).

Correspondências foram despachadas para as vilas de Valença, Parnaíba, Jerumenha, Campo Maior, Parnaíba e Marvão, conclamando à todas aderirem à causa da Independência. Era importante que a adesão fosse rápida, visando o fortalecimento e a união das demais vilas piauienses e a preparação para uma possível retaliação por parte do Governador das Armas que se encontrava na Vila da Parnaíba, o qual fora intimado a deixar aquela Vila e passado o comando das Tropas.

O Ofício dirigido às Vilas piauienses acima enumeradas dizia que a 24 de janeiro, entre o mais vivo entusiasmo do povo de Oeiras, perante a Tropa de Guarnição da cidade e os cidadãos de todas as classes que se puderam reunir nos paços dos Conselhos, onde também se achava a Corporação da Câmara, fora proclamada a adesão do Piauí à Independência e reconhecido o Governo do Imperador Constitucional e Perpétuo Defensor deste vasto Reino, o Sr. Dom Pedro de Alcântara, bem como promulgadas também foram as Cortes Brasileiras (Chaves, 2005, p. 58).

Os organizadores do movimento separatista de Oeiras, sabedores da posição, até então, da Província vizinha do Maranhão em relação à proclamação em Parnaíba e conscientes da facilidade que teriam de adentrar o Piauí pelo rio que os separa, solicita que “[...] guardasse

neutralidade a respeito do Piauí, não dando ajuda nem concorrendo direta ou indiretamente para que o povo piauiense fosse flagelado e se sufocasse a sua vontade, oprimindo-o [...]” (Chaves, 2005, p. 59).

A Junta explicitou que caso acontecesse uma intervenção por parte daquela Província, seria cessada a comunicação e infligiria uma suspensão da exportação do gado que lhe abastecia o Piauí. Os independentes piauienses não esperaram a resposta e impuseram as sanções.

A calma da Proclamação na Capital da Província sedimentou as primeiras ações da nova Junta, visto que a Capital não passou nenhum constrangimento e nem teve suas atitudes posteriores, questionadas. Isso se deveu a uma,

[...] comunhão de interesses que facilitou nos primeiros dias a ação da Junta e fê-la desdobrar-se ampla sem um estorvo [...]. O povo confiava-se à Junta, que, por sua vez, se entregava às determinações do Presidente, sem assomo, sem a menor participação própria do Governo (Neves, 2006. p. 97-98).

Visando a segurança da Província, pois ao proclamarem a independência, a capital “[...] quase não contava com forças militares que garantissem aquele ato [...], toda a tropa de linha [...] estavam com Fidié em Parnaíba [...]” (Chaves, 2005, p. 68), a Junta iniciou o envio de correspondências que eram lidas e repassadas com muita urgência, com mensagens que são oficiadas entre comandantes da Província do Piauí sinalizando mobilizações em torno de reuniões entre os comandantes⁸ e nomeação de pessoas de confiança para ocupar pontos definidos como estratégicos, entendendo que poderiam sofrer retaliações, principalmente da Província do Maranhão.

Quando se proclamou a Independência em Oeiras, não se olhou para o número dos soldados existentes no Piauí. Era toda a força da Província composta de um batalhão de 1ª linha, que, além de incompleto, acompanhara quase todo a Fidié; de cinco regimentos de milícias, três dos quais de Cavalaria e dois de Infantaria, e de quatro companhias de pedestres. [...] A Junta do Governo, providenciando, então, sobre a reunião dos soldados das milícias, abriu recrutamento e chamou o povo ao serviço das armas (Neves, 2006. p. 104-105).

Enquanto isso, os dissidentes da Proclamação na Vila da Parnaíba, em 19 de outubro de 1822, que buscaram apoio na Província do Ceará, se juntaram aos independentes daquela Província e garimparam simpatizantes visando apoiar os separatistas piauienses. Foi assim que Leonardo de Carvalho Castelo Branco retorna ao Piauí e, em 22 de janeiro toma Piracuruca “[...] surpreendendo o destacamento local, que aprisionou e, deixando ali uma pequena força, rumou célere sobre Campo Maior [...]” (Chaves, 2005, p. 63).

Na Vila de Campo Maior, as discussões abertas acerca do rompimento com Portugal empolgavam a população. “[...] Essas ideias acabaram por contaminar a própria soldadesca fiel

8. Faria, Luiz Duarte. [carta] 17 fevereiro 1823, Coartel do Coquero [para] Capitão Mor João Gomes Caminha, 1p. Notificação de recebimento de Ofício remetido a todos os Comandantes para um encontro. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

a Portugal, [...] que se levantaram protestando que não combateriam os rebeldes e exigindo a evacuação da Vila [...]” (Chaves, 2005, p. 64). A adesão dos soldados proporcionou a fuga dos comandantes encarregados por Fidié de resguardar aquela Vila.

Leonardo em Campo Maior sem luta; no dia 5 proclamou-se, ali, a adesão da Vila ao movimento da Independência e fez-se a aclamação do Imperador Dom Pedro. Foi cantado na Matriz de Sto. Antônio um solene *Te Deum* de ação de graças, cerimônia que foi perturbada por alguns arruaceiros. [...] Efetuou-se prisões [...]. No dia 6, a Câmara de Campo Maior oficiou à de Caxias comunicando-lhe o movimento e pedindo sua adesão. [...] Escreveu Leonardo ao Comandante militar daquela vila maranhense (Chaves, 2005, p. 64).

Mais reforços chegam da vizinha Província do Ceará, fortalecendo a ideia emancipacionista e aumentando o contingente pequeno do Piauí.

Dentro em pouco chegaria também Luís Rodrigues Chaves, que entrou no Piauí com 130 combatentes aliciados em Vila Nova de El-Rei (Ceará). A 7 fizera a aclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil, na povoação de Matões (Piauí), que ficava à margem da rota que percorrera. Chegou à Campo Maior no dia 12 (Nunes, 2007, p. 60).

Em seguida, preocupada em fortalecer a Província em torno da adesão à Independência, a Junta enviou notificações às Vilas de Valença e Jerumenha para que seguissem o exemplo das demais vilas piauienses e fizessem o juramento a D. Pedro. Em datas distintas, essas duas vilas fizeram suas proclamações.

[...] Mandou que Valença informasse, dentro de quatro dias, se aceitava ou não a separação. A resposta devia chegar o mais tarde, no dia 13 de fevereiro, às 9 horas da noite. [...] mandou que o Capitão-mor de Jerumenha, João Gomes Caminha, fosse ocupar a essa vila, nela proclamasse a Independência e aclamasse o Imperador, tomando todas as precauções que julgasse precisas à garantia de sua causa (Neves, 2006. p. 108-109).

A Província do Piauí transformou sua quietude interiorana em uma efervescência jamais imaginada. Em todo o seu território, a tranquilidade das Vilas era quebrada com o serviço dos mensageiros que galopavam para atualizar as notícias e as demandas que urgiam, além da apresentação de homens para a campanha aliada a incerteza dos ataques que povoavam o pensamento e a imaginação da população até então pacata.

Claudete Dias nos mostra que, sobre a guerra de independência no Piauí, havia um desejo que partia da população pobre e referia-se à vontade em comum de liberdade que indistintamente unia a todos, que mesmo sendo de “[...] composição social tão heterogênea, era o sentido de ser brasileiro, diferente de ser português, [...]” (Dias, 1999, p. 102), que se traduzia no desejo de expulsar o elemento estrangeiro o português.

Em correspondência Oficial, datada de 20 de fevereiro, a Junta nomeia Mathias de Souza Rabelo para “prestar o Seu Serviço a bem da Santa Cauza da nossa Independência”⁹, encarregando-o a “defeza dos Portos Veados, e Manga, e Bomjardim do Rio Parnaíba”¹⁰. Nota-se a clareza das demandas que estavam por vir pelo passo grande que foi dado por esta Província; na carta é solicitada a requisição aos Comandantes e Oficiais dos Distritos que iniciem o processo de arregimentação de pessoas daquela região visando uma possível ofensiva do Maranhão. A obediência às determinações da Junta era ponto inegociável visto que “serão todos obrigados a obedecer a sua voz, com pena de Ser por este Governo castigado como inimigo da Salvação”¹¹.

O Governo Provisório do Piauí manda ocupar S. Gonçalo, Riacho Fundo, e logo em seguida, as passagens do rio Parnaíba: o Capitão-Mor João Gomes Caminha e Matias de Sousa Rabelo ficam na altura de Pastos Bons; o Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins e o Capitão Francisco Manuel Araújo Costa, em portos fronteiros a Caxias (Nunes, 2007, p. 61).

A organização da defesa da Província passava também pelo desafio bélico insuficiente no qual “[...] a Junta de Governo providenciava a aquisição de mantimentos e munições e sua distribuição às tropas aquarteladas ao longo do Parnaíba” (Nunes, 2007, p. 61), e mais além, estabelecia que se produzissem chuços para equipar os que não dispusessem de armas de fogo.

Por outro lado, a 24 de fevereiro, os portugueses, que eram partidários de D. João, estimulados pela proximidade de Caxias e confiantes na ajuda de Fidié, em Barra do Poti (Piauí), tramavam um movimento que tinha por objetivo o retorno ao passado. “Em tempo são feitos prisioneiros os promotores da intentona. Dentro em pouco, só em S. Antônio e Poti estão destacados perto de 700 combatentes fiéis à causa brasileira (Nunes, 2007, p. 61).

A preocupação maior da Junta era o ataque que poderia vir da Província do Maranhão, utilizando o rio Parnaíba, por isso sua ação maior estava sendo de guarnecer as passagens mais utilizadas pelo comércio que já existia entre as duas Províncias, visto que acreditavam na providência dos insurretos parnaibanos e tinham a esperança de que as forças do Ceará, estimuladas pelos separatistas de Parnaíba, iriam voltar-se em peso contra o chefe militar, mas essa perspectiva foi lentamente se exaurindo.

Considerações finais

A análise do processo de Independência do Brasil no Piauí se deu a partir da indagação das práticas usadas para consolidar o pensamento separatista vigente no contexto histórico nacional que possibilitou a construção das bases que definiram a vitória sobre o poder lusitano. Este texto permitiu perceber os caminhos que foram percorridos para a formação e construção do processo que culminou com a Batalha do Jenipapo, conhecendo os procedimentos engendrados

9. Junta do Governo Temporário da Província do Piauí. [carta] 20 fevereiro 1823, Oeiras [para] não consta, 1p. Nomeação de Mathias de Souza Rabelo. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

10. Junta do Governo Temporário da Província do Piauí. [carta] 20 fevereiro 1823, Oeiras [para] não consta, 1p.

11. Junta do Governo Temporário da Província do Piauí. [carta] 20 fevereiro 1823, Oeiras [para] não consta, 1p.

para o enfrentamento do combate e identificando os resultados encontrados diante dos desafios impostos pela carência presente no cotidiano do sertão à espera da luta.

Foi possível perceber também que as inquietações que convulsionavam outras Províncias sacudiam sorrateiramente o Piauí, a geração letrada piauiense assumiu na parte norte da Província a adesão ao movimento separatista, logo após o Grito do Ipiranga, desnordeando o Comando Português central instalado na Capital Oeiras. Esse gesto, apesar de ter sido abatido depois com os autores debandando para o Ceará, mostrou que a Província do Piauí não ficaria à margem do processo independente. Meses depois a insurreição das demais Vilas em adesão ao movimento emancipacionista rompe definitivamente o vínculo com Portugal.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823. *Clio: Revista de pesquisa histórica*, Recife, v. 33, n. 2, p. 29-48, jul./dez. 2015.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império Brasileiro: Panorama Político. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.) *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 7 ed. 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. et al. *Dicionário de política*. 1ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRITO, Bugyja. O Piauí e a Unidade Nacional (Panfleto, Palácio, Gente). In: Santana, R. N. Monteiro de; Santos, Cineas. *O Piauí e a Unidade Nacional*. Teresina: FUNDAPI, 2007.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. *O Piauí nas lutas da Independência do Brasil*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005.

COTTA, Francis Albert. *Negros e Mestizos Nas Milícias da America Portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da história: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí – 1789-1850. 1999. *Tese de Doutorado em História*, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

FAUSTO, Boris. O Brasil Colonial (1500-1822). In: Fausto, Boris. *História Concisa do Brasil*. Edusp. 1993.

FIDIÉ, João José da Cunha. *Vária fortuna de um soldado português*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado*. Teresina: Halley

S.A. Gráfica, 2003.

MAVIGNIER, Diderot. *A Maçonaria e a História da Independência no Piauí*, Parnaíba: Siart, 2015.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

NETO, Antônio Fonseca Neto. O Piauí e a Independência (Panfleto, Palácio, Gente). In: In: Santana, R. N. Monteiro de; Santos, Cineas. *O Piauí e a Unidade Nacional*. Teresina: FUNDAPI, 2007.

NEVES, Abdias. *A Guerra do Fidié*. 4 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

NUNES, Odilon. *Pesquisa para a História do Piauí: a Independência do Brasil, especialmente no Piauí. Manifestações republicanas. A ordem*. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007. 189p.

Fontes

COSTA, Francisco Ignácio da. **[carta]** 07 março 1823, Fazenda da Imburanas [para] Comandante Chefe Luíz Rodrigues Chaves, 1p. Solicitação de sustar a marcha da Tropa até a chegada do mesmo em Campo Maior. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

FARIA, Luiz Duarte. **[carta]** 17 fevereiro 1823, Coartel do Coquero [para] Capitão Mor João Gomes Caminha, 1p. Notificação de recebimento de Ofício remetido a todos os Comandantes para um encontro. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

JUNTA do Governo Temporário da Província do Piauí. **[carta]** 20 fevereiro 1823, Oeiras [para] não consta, 1p. Nomeação de Mathias de Souza Rabelo. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.